



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Natália Russo de Andréa

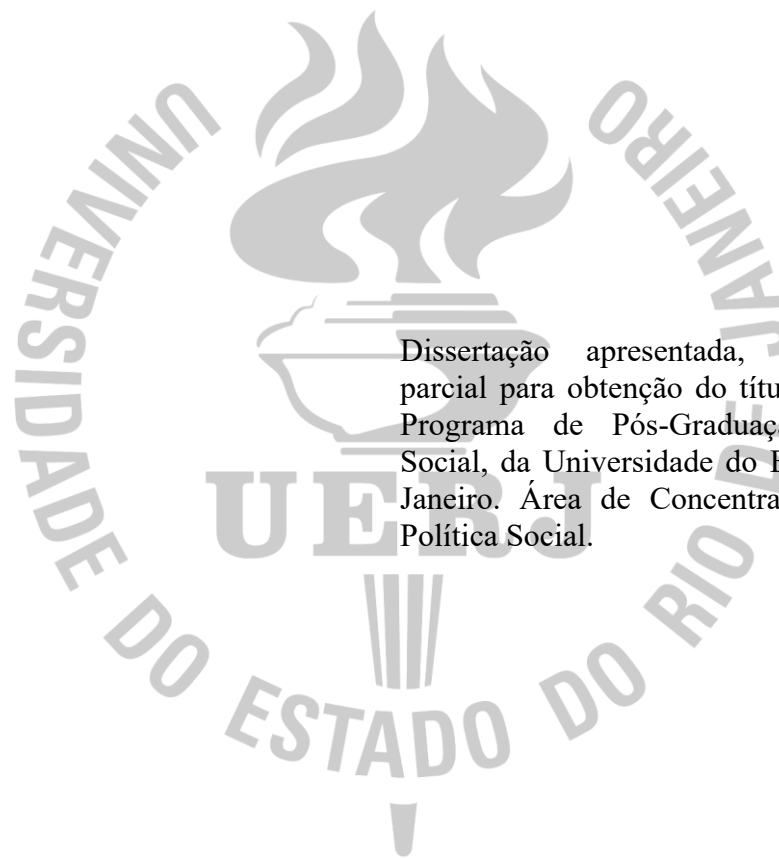
O/s sujeito/s revolucionário/s na atualidade da sociedade capitalista

Rio de Janeiro

2022

Natália Russo de Andréa

O/s sujeito/s revolucionário/s na atualidade da sociedade capitalista



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Abranches Demier

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

A556 Andréa, Natália Russo de.
O/s sujeito/s revolucionário/s na atualidade da sociedade capitalista / Natália Russo de Andréa. – 2022.
41 f.

Orientador: Felipe Abranches Demier.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.

1. Trabalhadores - Teses. 2. Comunismo - Teses. 3. Trabalho - Teses. 4. Serviço Social - Teses. I. Demier, Felipe Abranches. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 316.343.63

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Natália Russo de Andréa

O/s sujeito/s revolucionário/s na atualidade da sociedade capitalista

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 27 de julho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier (Orientador)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Maurílio Castro de Matos

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para todos e todas que se interessem pelo tema desse trabalho, que nada tem de fácil e que nada tem de descompromissado com a realidade em que vivemos. À minha mãe Sandra, ao meu pai Marcos e à minha irmã Isabella.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento vai para Marx, ao materialismo histórico-dialético e ao método de análise marxista.

Ao Felipe Demier, meu querido orientador e companheiro, cuja paciência não lhe deixou em falta. Agradeço por despertar em mim a persistência, por apoiar a plena execução desse trabalho. E, por todo cuidado junto a atual coordenação do PPGSS e a FAPERJ. Gratidão!

Aos meus amigos-companheiros, que passaram esses anos vivendo minhas inseguranças e desesperos a cada descoberta, a cada mudança, a cada evolução. Aos que evoluíram comigo, que passaram madrugadas a pino ouvindo minhas angústias ou meus papos para lá de ideológicos. Pontuo aqui alguns que contemplam todos os outros da faculdade: Marcela Vendramini, Isabele Barbosa, Aurilene Barbosa, Fernando Ferreira. E aos que não fizeram esse percurso comigo, mas estão presentes na minha vida (alguns desde a infância e outros desde o início da juventude): Stephanie Freire, Conrado Sá e Igor Areias.

À minha família, Sandra Russo e Marcos Cesar, meus pais. A Isabella Russo e Rogério Gomes, respectivamente, minha irmã e meu cunhado. À minha tia e meus primos, Lourdes Russo, Diogo Russo e Filipe Russo. Pela paciência, ou pela falta dela, por me entenderem e também por não me entenderem!

Aos meus avós que não se fazem mais presentes nesse mundo, mas que foram os principais formadores da pessoa que sou hoje. Gratidão!

À minha sobrinha e afilhada, Manuela.

Você faz parte de tudo. Aprende, não perde nada das discussões, do silêncio. Esteja sempre aprendendo por nós e por você. Você não será ouvinte diante da discussão, não será cogumelo de sombras e bastidores, não será cenário para nossa ação!

Bertolt Brecht

RESUMO

RUSSO DE ANDRÉA, Natália. **O/s sujeito/s revolucionário/s na atualidade da sociedade capitalista**. 2022. 41 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Essa dissertação se constrói sobre a proposta de estudar os *sujeitos revolucionários* e suas diferenças teóricas fundadas na teoria marxista. Esse percurso busca apresentar as diversas visões sobre o sujeito revolucionário e os trabalhadores pelas principais vertentes/escolas marxistas na sociedade capitalista. Se permitindo perpassar por outras categorias como formação do Estado capitalista etc. A pesquisa recomenda a importância do seu objeto para fins de uma mudança radical na estrutura do sistema vigente – capitalista – para uma sociedade igualitária, comunista.

Palavras-chave: sujeito revolucionário; mundo do trabalho; trabalhadores.

ABSTRACT

RUSSO DE ANDRÉA, Natália. **The revolutionary subject(s) in capitalist society**. 2022. 41 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This dissertation is built on the proposal of studying revolutionary subjects and their theoretical differences based on Marxist theory. This path seeks to present the various views on the revolutionary subject and workers from the main Marxist schools/branches in capitalist society. It allows for exploration of other categories such as the formation of the capitalist state, etc. The research emphasizes the importance of its object for the purpose of a radical change in the structure of the current system – capitalism – towards an egalitarian, communist society.

Keywords: revolutionary subject; world of work; workers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	11
1.1. Transição do Feudalismo para o Capitalismo	11
1.2. Surgimento das classes burguesa e trabalhadora como opostos	21
1.3. A Centralidade do trabalho	23
2 A CLASSE TRABALHADORA E SEUS COMPLEXOS CRÍTICOS	26
2.1. Visão clássica: Sujeito Revolucionário	26
2.2. Os Críticos: o cadáver do trabalho	29
2.3. Críticos dos Críticos: a-classe-que-vive-do-trabalho	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

O mote central desse estudo está em analisar sobre o/s sujeito/s revolucionário/s e trabalhadores/as na atualidade da sociedade capitalista, mas propondo outras reflexões que são inseparáveis dessa.

Essa pesquisa buscou desenvolver, em perspectiva marxista¹, temas de debates que são cada vez mais necessários para o mundo atual, como o Estado capitalista, análises críticas à política, emancipação, centralidade do trabalho.

Partindo do ponto em que o Estado moderno está majoritariamente a serviço do capital, garantindo as formas de reprodução ampliada deste, assegurando os *organismos vivos* desse sistema. Dessa forma, o Estado como “base material antagônica do capital não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem estabelecida, defendê-la a todo custo, independente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2015, pp. 28-29)

Sendo assim, a emancipação humana é o horizonte; contempla o projeto do proletariado, visto que propõe o fim da exploração do homem pelo homem, de modo a propor que este deve ser conscientizado e defendido pelos trabalhadores. Nesse momento, vale ressaltar que Marx propõe um projeto revolucionário, apresentando que sua visão já era de total rompimento com a sociedade burguesa. Mas isso não representa que Marx desconsiderava a política como um viés importante para a sociedade, onde “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, é o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio” (MARX; ENGELS, 2010, p. 32).

Portanto, quem são os sujeitos que se dispõem a realizar tal revolução? Para Marx e Engels (2010) o sujeito verdadeiramente revolucionário é o proletariado. Mas essa é a visão clássica sobre a questão na sociedade capitalista. Como se sabe, a realidade concreta é histórica, dinâmica, dialética. A forma capitalista contemporânea não é a mesma que Marx viveu, embora esse tenha cumprido seu papel, existem outros pensadores que se debruçam sobre o tema na

¹ A expressão “marxismo” designa um amplo movimento de ideias que se estende desde a Filosofia até a Política, sendo invocada tanto pelo filósofo liberal e humanista, quanto pelo tirano mais feroz. Dentro desse xadrez complicado, do qual dificilmente se consegue escapar, é necessário um esforço especial para se atingir uma ideia nítida e precisa, embora rápida, da matriz responsável por um dos mitos contemporâneos mais debatidos. Desde logo deve-se recusar as posições ditadas por paixões irrefletidas. Mas cabe indagar se é possível tomar distância dessas paixões e alcançar um porto seguro, a partir do qual se pudesse assistir aos conflitos ideológicos com a mesma indiferença com que se vê um comercial de televisão. É possível a objetividade quando está em jogo o destino do homem? Seja qual for a resposta dada a essa pergunta, é preciso convir que uma leitura atenta dos textos do próprio Marx deve servir de ponto de partida para qualquer tomada de decisão, em que se pretenda chegar a uma consciência menos obtusa, livre da má-fé e dos oportunismos do momento. Nesse sentido, as relações com o marxismo, pró ou contra, dependem de uma análise cuidadosa do legado intelectual de Marx. (GIANNOTTI, 1996, p.5)

atualidade e na realidade vivida pela classe trabalhadora, pelas novas formas de exploração de capital que influenciam diretamente na construção dos sujeitos revolucionários.

Podemos dizer sobre o polêmico grupo Krisis e seu *Manifesto contra o trabalho* – que logo traz debates necessários e desperta em outras correntes filosóficas a emergência de tratar de suas provações – aponta para o fim do trabalho, como um “cadáver que domina a sociedade” (KRISIS, 2020 p.5), alertando para o recalçamento desse fim da consciência pública, de modo a avaliar que existe uma enorme irracionalidade abstrata desta mesma sociedade quando se trata de trabalho.

Mas, será que mesmo com algumas exposições já apresentadas, podemos dizer que o trabalho morreu? Os críticos dos críticos dizem que não. Badaró Mattos e Ricardo Antunes fazem grandes contribuições, cada um a sua forma para mostrar a vivacidade voraz do trabalho, e sobretudo, suas mudanças desde a época do trabalho em Marx e Engels (os Clássicos).

CAPÍTULO I: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1.1. Transição do feudalismo para o capitalismo

Para o que foi proposto preocupo-me em partir do processo de declínio do sistema feudal e dos demais sistemas pré-capitalistas, a fim de chegar ao embrionamento e desenvolvimento do capitalismo, logo, do Estado capitalista, apoiado inicialmente na região mediterrânea da Europa, que deu fim ao feudalismo - que vigorava desde a idade média - no final do século XV a meados do século XVII (HOBSBAWM, 2014).

De modo geral, o feudalismo manteve sua vigência em aproximadamente quatro séculos, tendo sua forma social bastante difundida, prioritariamente na Europa, mas contava com seu núcleo central de modo variante² em cada país. Por exemplo, na França e na Rússia, mesmo que esses países tenham composto uma forma similar de vivenciar o sistema feudal, se diferenciavam nas formas como eram organizados os servos em suas terras, etc. Por todo esse período o rei, o clero e nobreza eram quem determinavam basicamente todo o sistema econômico de seus territórios, tinham autoridade suficiente para aumentar ou diminuir impostos, inflacionar o preço das mercadorias no mercado, inflacionar o preço das matérias-primas. Espantosamente, quem sustentava economicamente essa estrutura eram os próprios camponeses, vassallos, artesãos, ou seja, toda a população que era explorada a partir de seu trabalho não assalariado.

O sistema feudal começou a perder forças a partir dos séculos XIV e XV, tornou-se mais claro no século XVI e teve sua aceleração no século XVII, contando com diversos fatores – dos quais posso aqui elencar, o surgimento do ideal iluminista³, o embrionamento da igreja

² Uma das diferenças da mundialização do sistema capitalista: busca uniformizar sua forma de dominação central, através da objetividade dos processos de trabalho em fim de lucratividade/mais-valor exponencialmente maior, zelando pela aceleração do processo de produção, principalmente nas fábricas tecnológicas. Enquanto, o sistema feudal majoritariamente estava construído na produção manual, em baixa escala de produção; embora tivesse meios de lucratividade, estes eram baixíssimos em relação ao processo capitalista.

³ “O pensamento iluminista tem como fundamentos a crença no poder da razão humana de compreender nossa verdadeira natureza e de ser consciente de nossas circunstâncias. O homem, então, creía ser o detentor de seu próprio destino, formulando o racionalismo e contrariando as imposições de caráter religioso, sua “razão” divina de existir, e os privilégios dados à nobreza e ao clero – ainda predominantes à época (séculos XVII e XVIII). A preocupação com a ciência se originou do projeto de se fazer com que todo conhecimento fosse seguro. Seu bastião, René Descartes (1596-1650), propugnava a busca por proposições das quais não se pudesse duvidar, questionando o “método antigo” de costumes transmitidos.

O projeto iluminista esteve associado também a autores como Montesquieu (1689- 1755), Rousseau (1712-1778), Kant (1724-1804), e aos empiristas ingleses Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776). A liberdade individual se torna o centro da discussão sobre política, à medida que a filosofia política iluminista promovia a centralidade dos direitos individuais, diferenciando os compromissos dos antigos e medievais da ordem e hierarquia. Nesse sentido, podemos afirmar que o iluminismo teve sua primeira expressão teórica, mais

luterana⁴, a insatisfação com o excesso e irregularidade inflacionária de tributos fiscais – que alteraram profundamente a visão social, econômica e político-ideológica dos próprios trabalhadores, ainda não assalariados, logo, não “livres”, para com esse sistema. Tal movimento tornou-se possível através das cruzadas⁵, e teve como pano de fundo a ruptura do isolamento do sistema feudal com a busca de consolidação econômica de grupos mercantis (posteriormente denominados de burgueses), partindo do extremo e médio Oriente, seguindo para Oeste, mais especificamente para as Américas, expandindo-se para África, passando a surgir os Estados Nacionais e a dominação cultural hegemônica (séculos XVII e XVIII). Além disso, houve o deslocamento dos servos dos meios agrários para os meios urbanos, a queda da Bastilha na França⁶, a crise econômica do feudalismo, o aumento da circulação de moedas e, principalmente, o surgimento da burguesia ativamente politizada, que passa a dominar o pensamento ideológico iluminista e o comércio com seu alto poder econômico (HOBSBAWM, 2014). Cada elemento desses foi de extrema influência para o desmonte do sistema de feudos, pois foram fatores a partir dos quais as principais estruturas puderam ser colocadas em avaliação pelo próprio conjunto da sociedade que se encontrava insatisfeita com a forma como as “castas” superiores comandavam o funcionamento da sociedade, da econômica e da política, sem qualquer processo democrático.

Acompanhando o pensamento de Marx e Engels (2010, p. 11), cada uma das etapas de desenvolvimento da burguesia desencadeava um progresso político correspondente, ou seja, o processo político estava intrinsecamente relacionado com o caminhar da burguesia. Dessa forma, a superação da perspectiva reacionária (HOBSBAWM, 2014), de que não era possível haver mobilidade entre as camadas sociais, em que se considerava que cada indivíduo nascia numa condição determinada por escolha de deus e nela se manteria pelo resto de sua vida, foi

concentrada, em fins do século XVII, com o inglês John Locke – considerado o pai do liberalismo –, preocupado em “modificar” a concepção de súditos da coroa britânica para cidadãos. Defenderia a liberdade e a tolerância religiosa, além de fundar o empirismo – o qual todo pensamento deriva de alguma experiência.” (DE MELLO; DONATO, 2011, pp. 254-253)

⁴ A ideia da igreja luterana estava ligada com o ideal iluminista que “eliminava, então, a certeza ideológica dos partidos religiosos da chegada de um Juízo Final e de uma única alternativa entre o Bem ou o Mal. Ou seja, o Iluminismo introduzia a problemática da secularização no momento em que as ordens religiosas eram questionadas, além de denunciar as intromissões e injustiças promovidas pela instituição na política dos Estados.” (DE MELLO; DONATO, 2011, p. 252)

⁵ Movimento social de centralidade religiosa cristã com objetivo fracassado de conquistar a Terra Santa.

⁶ “[a] Bastilha [era] uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação. (HOBSBAWN, 2014, pp. 109-110)

suprimida pela perspectiva liberal, criada por pensadores burgueses e adotada pela própria burguesia e pela sociedade feudal como a perspectiva revolucionária de seu tempo, que, superficialmente, eliminava a condição pré-determinada por um ser divino e assumia a possibilidade de ascensão econômico-social de qualquer indivíduo a partir de seus próprios esforços. Toda essa inquietação culminou nas conhecidas Revoluções Burguesas.

No século XVII, a Revolução Inglesa abriu espaços à expansão econômica da burguesia, que foi dada de forma exponencial pela Revolução Industrial, pela Revolução Americana e pela Revolução Francesa, essas já no século XVIII. Percebe-se que foi uma transição vagarosa e extensa, que pôde dispor de diversos elementos em suas diferentes fases⁷, e que conseguiram fecundar e concretizar a marcha para a sociedade capitalista.

Ainda nesse mesmo contexto, os camponeses tiveram papel importante, pois representaram uma classe de transição (do feudalismo para o capitalismo). Lênin (1897) apostou que a economia camponesa era uma economia de transição, por isso englobava o modo de produção de ambos os sistemas estruturando bases firmes para o avanço do capitalismo.

Além disso, houve o deslocamento dos servos dos meios agrários para os meios urbanos, a queda da Bastilha na França⁸, a crise econômica do feudalismo, o aumento da circulação de moedas e, principalmente, o surgimento da burguesia ativamente politizada, que passa a dominar o pensamento ideológico iluminista e o comércio com seu alto poder econômico (HOBSBAWM, 2014). Cada elemento desses foi de extrema influência para o desmonte do sistema de feudos, pois foram fatores a partir dos quais as principais estruturas puderam ser colocadas em avaliação pelo próprio conjunto da sociedade que se encontrava insatisfeita com a forma como as “castas” superiores comandavam o funcionamento da sociedade, da econômica e da política, sem qualquer processo democrático.

Acompanhando o pensamento de Marx e Engels (2010, p. 11), cada uma das etapas de desenvolvimento da burguesia desencadeava um progresso político correspondente, ou seja, o processo político estava intrinsecamente relacionado com o caminhar da burguesia. Dessa forma, a superação da perspectiva reacionária (HOBSBAWM, 2014), de que não era possível

⁷ Aqui se considera que nenhum processo histórico é dado de uma única e abrupta vez. Sendo assim, o processo de transição entre o sistema feudal e o sistema capitalista foi composto por diferentes fases em diferentes territórios, variando de acordo com as condições políticas, sociais, econômicas e ideológicas de cada um desses lugares. São fases de um processo histórico.

⁸ “[a] Bastilha [era] uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação. (HOBSBAWN, 2014, pp. 109-110)

haver mobilidade entre as camadas sociais, em que se considerava que cada indivíduo nascia numa condição determinada por escolha de deus e nela se manteria pelo resto de sua vida, foi suprimida pela perspectiva liberal, criada por pensadores burgueses e adotada pela própria burguesia e pela sociedade feudal como a perspectiva revolucionária de seu tempo, que, superficialmente, eliminava a condição pré-determinada por um ser divino e assumia a possibilidade de ascensão econômico-social de qualquer indivíduo a partir de seus próprios esforços. Toda essa inquietação culminou nas conhecidas Revoluções Burguesas.

No século XVII, a Revolução Inglesa abriu espaços à expansão econômica da burguesia, que foi dada de forma exponencial pela Revolução Industrial, pela Revolução Americana e pela Revolução Francesa, essas já no século XVIII. Percebe-se que foi uma transição vagarosa e extensa, que pôde dispor de diversos elementos em suas diferentes fases⁹, e que conseguiram fecundar e concretizar a marcha para a sociedade capitalista.

Ainda nesse mesmo contexto, os camponeses tiveram papel importante, pois representaram uma classe de transição (do feudalismo para o capitalismo). Lênin (1897) apostou que a economia camponesa era uma economia de transição, por isso englobava o modo de produção de ambos os sistemas estruturando bases firmes para o avanço do capitalismo. Mais à frente os camponeses acabam se tornando uma classe social dentro do modo de produção capitalista. Para isso algumas diferenças aconteceram na própria organização dos “futuros” capitalistas: deixaram de ter servos economicamente dependentes de si para terem relações econômicas baseadas na coerção, na necessidade de sobrevivência. Houve, também, com o processo capitalista, um rompimento da classe (que antes era constituída por pequenos, médios e grandes camponeses), o que acarretou a falência total dos pequenos e médios camponeses.

Esse breve histórico antecede diretamente a efervescência que protagoniza o alicerce do sistema capitalista como dominante econômico, político, cultural e ideológico como estrutura de um sistema global. Partindo desse pressuposto, devemos considerar as mais complexas mudanças na sociedade de então. A conquista sobre o 1º e 2º Estados (clero e nobreza, respectivamente) na prática foi obra não somente da pequena, média e grande burguesia, mas também e, principalmente, da mobilização dos setores populares (camponeses, assalariados, desempregados, aprendizes de ofício) que compunham o 3º Estado, atraídos pelo discurso revolucionário burguês, entre ele o acentuado *slogan* “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”,

⁹ Aqui se considera que nenhum processo histórico é dado de uma única e abrupta vez. Sendo assim, o processo de transição entre o sistema feudal e o sistema capitalista foi composto por diferentes fases em diferentes territórios, variando de acordo com as condições políticas, sociais, econômicas e ideológicas de cada um desses lugares. São fases de um processo histórico.

marco da Revolução Francesa. Entretanto, esse ideário, a priori, era usado pela burguesia de forma a obscurecer seu verdadeiro significado e, logicamente, seus objetivos a partir deles.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal a das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX, 2008a, p. 47).

Realmente, toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas. (MARX, 2008a, p. 48).

As classes populares foram tomadas por essas palavras de ordem, acreditando que no deslocamento provocado a partir delas estariam verdadeiramente livres para ser o que desejassem. Mas ao desvelar os ideais envolvidos em cada uma delas se faz notório para o que veio a burguesia e o capitalismo desde seu advento.

O artigo sexto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, apresentada ao mundo pela Revolução Francesa, propõe que a liberdade ou *liberté* é o poder que pertence ao homem de fazer tudo quanto não prejudica os direitos do próximo. Entretanto, o que se pode notar na prática é que a liberdade proposta é a de propriedade privada.

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar a seu bel prazer (à son gré), sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio. Aquela liberdade individual junto com esta sua aplicação prática compõem a base da sociedade burguesa. Ela faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. (MARX, 2009, p. 49)

A *égalité* (igualdade) aqui em seu significado não político, nada mais é que igualdade da *liberté* acima descrita, a saber: que cada homem é visto uniformemente como mônada que repousa em si mesma. (MARX, 2009, p. 49)

Já a *sûreté* (proteção/segurança)

é o conceito social supremo da sociedade burguesa, o conceito da polícia, no sentido de que o conjunto da sociedade só existe para garantir a cada um de seus membros a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de sua propriedade. Nesses termos, Hegel chama a sociedade burguesa de “Estado de emergência e do entendimento”. Através do conceito da segurança, a sociedade burguesa não se eleva acima do seu egoísmo. A segurança é, antes, a asseguuração do seu egoísmo. (MARX, 2009, p. 50)

A Revolução Francesa teve protagonismo central no progresso da transição do sistema feudal para o sistema capitalista em toda a Europa e parte do Oriente, mas não foi um processo unificado, pois em cada parte do mundo o mesmo foi dado de uma forma; por exemplo, na Europa, pelas vias clássica e prussiana; na América pelas vias americana e prussiana colonial. Cada uma dessas teve suas particularidades. Nem todos os países do mundo viveram o período de sistema feudal, por isso formaram-se de maneiras diferenciadas. Para tal entendimento torna-se profícuo recorrer aos demais modos de desenvolvimento capitalista além dos já mencionados. Mazzeo (1989) apresenta essas dinâmicas.

A via clássica foi previamente descrita nesse texto por se tratar da mais “original” delas, logo, a mais correspondente a todas as características nucleares do sistema feudal, mas ainda vale uma pequena síntese. Foi desenvolvida no século XVIII, com a disposição de destruir totalmente o modo de produção feudal; se deu na França e na Inglaterra, e se afirmou como uma relação de destruição total do modo de produção feudal e das classes dominantes.

Mesmo com processos bem parecidos, esses países tiveram algumas diferenças por preservarem partes de seus processos de trabalho pré-capitalistas. A França, ao longo de seu desenvolvimento no período manufatureiro, experimentou uma estrutura produtiva dominada pelos camponeses, que realizavam pequenas produções de mercadorias sem exploração entre si. Durante seus processos revolucionários, as camadas populares desempenharam um papel essencial, contribuindo para a libertação plena dos camponeses da servidão feudal. Esse movimento foi impulsionado pelos discursos ideológicos do liberalismo, tanto político quanto econômico, que se tornaram a base da democracia burguesa. O rompimento com o sistema feudal ocorreu por meio do confronto direto com a nobreza, como destaca Engels ao afirmar que a França foi o país onde as lutas de classe sempre alcançaram uma resolução definitiva. Foi ali que as formas políticas resultantes dessas lutas se manifestaram de maneira mais clara e transformadora, com a destruição do feudalismo na Grande Revolução e o estabelecimento do domínio da burguesia de forma pura e sem precedentes na Europa (ENGELS apud MAZZEO, 1989, pp. 112-113).

Na Inglaterra, o processo de transição para o capitalismo acontece um século antes do processo da França, e ocorreu de forma mais acelerada, considerando que o país já contava com o processo de industrialização mais avançado do que na França, por exemplo. Com isso a propriedade feudal torna-se exponencialmente propriedade capitalista, se caracterizando por um processo menos combativo, menos radical. Esse movimento foi sendo aceito sem grandes embates, mas, ainda assim, com participação popular, embora menos politizada que a francesa e também direcionada ideologicamente pelo liberalismo.

A revolução de 1640, e a sua viragem de 1688, marcam precisamente os começos da transformação de uma parte da classe da nobreza feudal em classe capitalista. Por isso, esta revolução, que é uma revolução burguesa na verdadeira acepção do termo, apresenta aparentemente um caráter *ambíguo*: reveste a forma de uma contradição principal entre frações da nobreza feudal, representando a burguesia comercial, já existente, um papel meramente secundário. A ambiguidade decorre, neste caso, do caráter de classe que dirige o processo revolucionário, o qual se encontra em vias de passar da nobreza feudal para a burguesia. (POULANTZAS *apud* MAZZEO, 1989, pp. 111-112).

A via americana se deu no século XVIII nos Estados Unidos da América; seu rompimento foi motivado principalmente pela sua separação do Império Britânico¹⁰ – que fazia da Inglaterra o principal país colonizador e administrador de vários outros territórios além dos Estados Unidos – e com a forma de produção colonial. Além disso, há crescimento territorial, econômico e comercial dos próprios camponeses, que dão um tom mais radical e revolucionário para esse movimento, acarretando na necessidade de rompimento com a classe dominante local. Podendo contar com a participação das camadas populares, o fortalecimento dos camponeses se deu também ser pelo crescimento do mercado interno.

Na linha teórico-metodológica, assim como a via clássica, está se baseou no liberalismo predominantemente político.

Em detalhes, Lênin analisa as diferentes vias de desenvolvimento na transição do feudalismo para o capitalismo, destacando as especificidades de dois contextos: o norte-americano e o prussiano. Na via de desenvolvimento norte-americana, ou seja, no caso dos Estados Unidos, ou não há domínios latifundiários, ou estes são desfeitos pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais. Neste cenário, o camponês se torna o agente principal da agricultura, evoluindo até se transformar em um granjeiro capitalista. Já na via prussiana, o processo envolve a transformação do feudalismo em um sistema usurário, com a exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-junkers. Enquanto no primeiro caso o camponês patriarcal se converte em granjeiro burguês, no segundo, o foco está na exploração das terras, com a formação de um sistema capitalista em que a classe dominante continua sendo a burguesia (LÊNIN, 1897, p. 30).

¹⁰ O Império Britânico se constituiu a partir da colonização de grande quantidade de territórios no mundo sendo governados pela Inglaterra, principalmente na América do Norte e Índia, sendo que tempos depois a primeira consegue sua independência, fazendo com que o avanço colonizador desse império se voltasse para a Ásia, para a África e para o Pacífico. No século XIX a Inglaterra consegue se tornar uma grande potência mundial. Seu desmonte acontece em um processo iniciado após a primeira e segunda guerras mundiais: mesmo que tenha conseguido sair de ambas as guerras vitoriosa, o grande Império Britânico começa a ter falências. (MAZZEO, 1989)

Seguindo com o pensamento de Mazzeo (1989), embora esse seja um processo de desenvolvimento capitalista em um país colonizado, assim como grande parte da América, os Estados Unidos seguem uma tendência diferenciada dos demais países desse continente. Com isso, é possível diagnosticar que o mesmo foi capaz de se transformar num país classicamente burguês.

A via prussiana do século XIX foi dada na Alemanha, Japão e Itália; passou pelo processo conhecido como “modernização conservadora”¹¹, rompendo com o processo revolucionário que vinha contemplando quase todos os processos de desenvolvimento capitalista. Com isso os donos dos grandes territórios participaram diretamente desse processo sem abrir mão de sua autoridade. Buscando articular os grandiosos latifundiários e a burguesia nesse movimento de modernizar o arcaico, mantiveram os camponeses e suas demandas fora de suas lutas, alcançando o poder do Estado. A transição, para os camponeses, foi operada vagarosamente apenas substituindo o modo de exploração feudal para o modo de exploração capitalista. Notoriamente essa se deu de forma autoritária com ampla participação do Estado na economia, caracterizada como uma “Revolução pelo alto”¹².

O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração por métodos burgueses [...]; a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker¹³, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de “Grossbauers” (lavradores abastados). (LÊNIN, 1897, pp. 29-30)

A via prussiana-colonial¹⁴ foi desenvolvida no século XX, no Brasil, em boa parte da América Latina, na África, na Ásia e nos demais territórios que vivenciavam o antigo sistema

¹¹ A modernização conservadora é um conceito desenvolvido por Barrington Moore Jr. que apontava que, na necessidade de avanço para a modernização, ocorreram parcerias políticas entre a burguesia industrial e os representantes rurais. Este é um processo político, cultural e prioritariamente econômico, motivado pela conservação de antigos costumes hierárquicos, preservando privilégios, o poder e o dinheiro nas mãos de poucos, ou seja, mantendo o caráter exploratório para a classe econômica e socialmente desfavorecida e preservando as políticas de dominação social. (MAZZEO, 1989)

¹² A “revolução pelo alto” corresponde à “revolução passiva” ou à “revolução sem revolução”, conceito criado por Antonio Gramsci que corresponde ao método usado em períodos históricos em que existiu a necessidade de mudanças mais profundas na sociedade, porém, mesmo que se cumpra o papel de realizar as mudanças exigidas, as fazem de maneira a garantir a permanência de um regime social conservador. (MAZZEO, 1989)

¹³ Burguesia-junker ou Junkers é uma parcela da burguesia que tem prioritariamente o poder econômico e político-ideológico e, com isso, toma a frente do processo de transição feudal para o capitalismo. Assim, tornam-se grandes donos de empresas capitalistas. (MAZZEO, 1989)

¹⁴ Termo desenvolvido por José Chasin, a fim de criar uma separação entre os países que foram desenvolvidos a partir da via prussiana daqueles países que, mesmo que tenham tido um desenvolvimento bastante similar entre si, eram colonizados.

colonial, leia-se aqueles que tiveram seu desenvolvimento capitalista de forma tardia. Com características bem aproximadas das da via prussiana, essa contou com forte controle do Estado na economia, a fim de tentar superar atrasos, se comparada com as vias clássica e americana; com isso, seu desenvolvimento se deu de forma conturbada, num processo inicialmente lento e que mais à frente teve que se tornar acelerado pela necessidade de avanço no desenvolvimento, este em geral amparado pela economia primária, ou seja, prioritariamente agrária, distribuidora de matérias-primas para países desenvolvidos. No Brasil, por exemplo, esse processo foi apoiado pelo capital nacional acumulado em grande escala pela produção de açúcar, prioritariamente na região Sudeste do país, e pelo pleno sucesso comercial com exportação (maior até do que as importações). Com algumas regiões (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, entre outras) economicamente privilegiadas, a construção do Estado nacional brasileiro se deu por um processo completamente excludente, que, logicamente, foi imposto sobre as massas populares (MAZZEO, 1989, p. 113).

Nesse rumo, o processo de colonização desses territórios trazia consigo a desavergonhada necessidade exploratória de expansão econômica, comercial e territorial pelos países – em sua maioria europeus e norte-americanos – que já se encontravam no caminho do desenvolvimento industrial e de eclosão econômica e sob a vigência da lógica capitalista. Essa dominação é feita sobre países subdesenvolvidos em que o fundamento do capitalismo podia ser aplicado das formas mais selvagens, amortizando qualquer passo mais radicalizado da população local, fosse ela trabalhadora ou não. Por Marx, passou a ideia de que mesmo que nesse decurso houvesse destruições e mudanças abruptas em favorecimento do capital, poderia também haver um lado benéfico para a população local; afinal, esse processo trouxe consigo o avanço tecnológico¹⁵.

Esses transcurtos selaram no mundo uma divisão dual profunda – considerando que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (MARX & ENGELS, 2010, p. 8) – entre o “desenvolvido” versus o “subdesenvolvido”, o “explorador” versus o “explorado”, que vinha se caracterizando desde então como a forma desigual do processo de desenvolvimento capitalista em cada lugar do mundo, que acarretara mudanças sócio-históricas, como o surgimento da questão social e o embrutecimento da luta de classes.

A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar da antiga. [...] Toda a sociedade se divide,

¹⁵ Esse é um debate marxista, que pressupõe a contraposição entre os malefícios e benefícios desse processo, e, ainda, se realmente existiram benefícios para a população.

cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 2010, p. 9)

Tal conjuntura passa a destruir relações históricas entre as famílias, e dessas com a religião, com a propriedade, com o mercado. Transforma esses membros da antiga sociedade em meras mercadorias, como parte constituinte da maquinaria de fábricas, desenvolve um trabalho subjugado e explorado, atrofia a capacidade teleológica¹⁶ de cada ser humano.

O processo de industrialização capitalista é acompanhado de processos de desorganização e mobilização da força de trabalho, fenômeno que não se limita à fase inicial do capitalismo, mas que nela pode ser observado com especial clareza. A ampliação das relações concorrenciais aos mercados nacionais e finalmente mundiais, a introdução permanente de mudanças técnicas poupadoras da força de trabalho, a dissolução das formas agrárias de vida e trabalho, a influência de crises cíclicas, etc. têm o efeito comum de destruir, em maior ou menor medida, as condições de utilização da força de trabalho até então dominantes. Os indivíduos atingidos por tais processos entram numa situação na qual não conseguem mais fazer de sua própria capacidade de trabalho a base de sua substância, já que não controlam, seja em termos individuais ou coletivos, as condições de utilização dessa capacidade (OFFE, 1984, p. 15).

Com a finalidade de que essas mudanças pudessem se fixar de forma vitoriosa mediante a luta da burguesia para logo findar o modelo de sociedade feudal, outras importantes alterações também foram viabilizadas. Na primeira metade do século XIX o modo de produção capitalista começa a se consolidar; o sistema manufatureiro foi substituído pelas grandes

¹⁶ Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais [tierartig], do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvencilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais. Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios. A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho. (MARX, 2014, pp. 254-255).

indústrias com a solidificação da segunda revolução industrial; os pequenos produtores avançaram para a economia engrandecida, tornaram-se burgueses, donos dos meios de produção; além do avanço do mercado local e interno para o mercado mundial. A partir disso, a burguesia conseguiu alcançar o sonhado “domínio político exclusivo no Estado representativo moderno”. (BOTTOMORE, 1988).

1.2. Surgimento das classes burguesa e trabalhadora como opostos

Os transcurros das revoluções burguesas e suas formas¹⁷ selaram no mundo uma divisão dual profunda – considerando que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (MARX & ENGELS, 2010, p. 8) – entre o “desenvolvido” versus o “subdesenvolvido”, o “explorador” versus o “explorado”, que vinha se caracterizando desde então como a forma desigual do processo de desenvolvimento capitalista em cada lugar do mundo, que acarretara mudanças sócio-históricas, como o surgimento da questão social e o embrutecimento da luta de classes.

O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração por métodos burgueses [...]; a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente numa exploração burguesa-junker¹⁸, condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de “Grossbauers” (lavradores abastados). (LÊNIN, 1897, pgs. 29-30)

Marx considera que a história humana é antagonista porque há divisão do trabalho e propriedade. Segundo ele, a história só podia se operar dessa forma, uma vez que com a divisão do trabalho, desde o princípio, se estabeleceram condições sociais de produção em que o trabalho é dividido não de forma livre e voluntária, mas de forma natural (divisão por sexo, atributos naturais) e, posteriormente, por questões de natureza social (divisão entre trabalho material e intelectual), de modo que o próprio homem passa a ser dominado por uma força

¹⁷ Se faz necessário, apontar que após a ruptura do feudalismo e de construção para o capitalismo se deu por vias distintos, como pode ser visto em, por exemplo: Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa, de Antônio Mazzeo.

¹⁸ Burguesia-junker ou Junkers é uma parcela da burguesia que tem prioritariamente o poder econômico e político-ideológico e, com isso, toma a frente do processo de transição feudal para o capitalismo. Assim, tornam-se grandes donos de empresas capitalistas. (MAZZEO, 1989)

estranha que o subjuga e a qual não sabe como contestar. Assim, logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada indivíduo passa a ter um campo de trabalho exclusivo e determinado, que lhe é imposto pela organização social (comunidade, família etc.) e assim deve permanecer para garantir seu meio de vida (MARX & ENGELS, 2007 apud NETTO, 2012, pp. 143-144).

Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, onde as contradições se manifestam, a separação entre trabalho material e intelectual possibilita a concretização das primeiras formas de propriedade na sociedade, sendo esta a capacidade de dispor da força de trabalho alheia. Nesse contexto, Marx argumenta que a família representa a primeira forma de propriedade, na qual a mulher e os filhos são subjugados ao homem, em decorrência da divisão natural do trabalho. Com o surgimento da relação entre proprietário e propriedade, emerge também a oposição entre os interesses de um indivíduo ou grupo e o interesse coletivo da sociedade (ibidem).

O ele quer demonstrar é que a propriedade e a divisão do trabalho são expressões idênticas de um mesmo processo social que atua sobre o homem como uma potência estranha, alienante, a qual não pode se controlar e que percorre uma sequência particular de fases de desenvolvimento. Porém, o Marx de “*a ideologia alemã*” questiona, “e se essa força social não existisse?”. Como poderia a propriedade ter uma história assumida de diferentes formas? Ou como o parcelamento das terras poderia ter ido à centralização em poucas mãos? É certo que não haveria como, pois, a propriedade não poderia existir senão através de uma forma de divisão do trabalho que realize uma fratura na unidade da coletividade e ao mesmo tempo crie as contradições de interesses entre grupos, e contradições entre a consciência real e a ideológica (ibid., p. 145).

Em outras palavras, a divisão do trabalho material e intelectual operou múltiplas separações entre as atividades de uns e de outros até resultar em formas de desigualdade. No âmbito das relações materiais, a alienação se concretiza na divisão do trabalho, mediante a distribuição de funções de forma não voluntária, o que gerou as condições sociais necessárias para existirem relações de poder que constituem a base da propriedade privada.

No âmbito da consciência, a divisão entre trabalho material e intelectual permitiu que a realidade pudesse ser compreendida por uma consciência real e ideológica. De acordo com Marx, a consciência real é a tomada de consciência da existência efetiva dos homens no trabalho e na cooperação social. Já a consciência ideológica, a dos intelectuais separados da prática, seria uma representação falsa da realidade ou, ainda, uma tentativa de justificar com conceitos e ideias a realidade presente.

A forma real de alienação, portanto, se opera na divisão de trabalho que se impõe aos indivíduos como uma espécie de fatalidade natural, pelo simples fato de cada um nascer em certa classe ou grupo social e de as chances de escapar disso serem mínimas. Por outro lado, a alienação na consciência consiste no desenvolvimento de ideias que estão em desacordo ou em contradição com a prática real. Considerando que as contradições reais são sutis a ponto de soarem naturais, o homem condicionado pela divisão do trabalho, é duplamente alienado, quando sua consciência é atingida por ideologias e visões de mundo que se distanciam da relação concreta do homem com a natureza e da relação com outros homens, das contradições que se originam entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, na medida em que as formas de cooperação social passam a resultar de condições sociais injustas.

1.3 A centralidade do trabalho

A compreensão de trabalho enquanto categoria central na produção da vida humana é cunhada por G.W.F. **Hegel**. Este, destaca o trabalho como categoria que permite o ser humano a fazer a primeira forma de transição ao espírito¹⁹.

Adam Smith, por sua vez, aponta em seu livro intitulado “A riqueza das nações”, que a produtividade do trabalho, ou melhor, o seu crescimento, era o que constituía a riqueza ou a pobreza de determinada nação²⁰. Na esteira da economia política inglesa, David Ricardo foi quem primeiro delineou a teoria do valor-trabalho²¹.

Tais pensadores foram de suma importância para compreensão da categoria trabalho na modernidade. Todavia, Karl Marx foi quem primeiro apontou o trabalho como categoria fundante do *ser social*. A aproximação do autor d’O Capital com a filosofia clássica alemã (Hegel e Feuerbach etc.), e a economia política inglesa (Smith e Ricardo) teve significação importante na compreensão de Marx sobre o trabalho. Tal aproximação se deu sempre a partir

¹⁹Lukács aponta em sua Ontologia que “Embora tendo provocado muita confusão com a ampliação do conceito de teleologia, Hegel, apesar disso, compreendeu corretamente, muito cedo, esse caráter do trabalho.” (2013. p. 54).

²⁰Segundo Smith “... Na medida em que este produto é uma proporção maior ou menor em relação ao número daqueles que o consomem, a nação estará melhor ou pior suprida de tudo o que lhe é necessário e conveniente” (1996, p. 68). Cabe aqui também lembrar que o próprio Smith, como pensador antifeudal, naturalizava as categorias que constituíam o pensamento da economia-política clássica.

²¹ Para Ricardo, “O valor de uma mercadoria, ou seja, a quantidade de qualquer outra pela qual pode ser trocada, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para sua produção, e não da maior ou menor compensação que é paga por esse trabalho (1996, pg. 159).

de uma relação dialética, desconstruindo, recriando e conservando elementos para se pensar as possibilidades do *ser* no sentido de uma práxis humana, tendo o materialismo histórico como fio condutor de suas análises.

A originalidade de Marx no debate sobre o trabalho consiste, por um lado, na derivação da teoria do mais-valor (mais-valia), sobre a teoria ricardiana do valor-trabalho, e por outro, o desenvolvimento do trabalho encontra-se na origem do conjunto das transformações da vida social, tais como a religião, a filosofia, o direito, o Estado, etc.²²

Marx ao escrever o *capital*, aponta o duplo caráter do trabalho sob na sociedade capitalista, são estes: o processo de produzir valor de uso e o processo de produzir valor, ou seja, no trabalho, os seres humanos produzem bens úteis à vida social e no mesmo ato, valorizam o valor. Por conseguinte, Marx concebe os três elementos do processo de trabalho simples que são em qualquer sistema econômico: “1- A atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2- a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3- os meios de trabalho, o instrumental de trabalho.” (MARX, 2012, p. 212). Contudo, no sistema capitalista o trabalhador, tanto não reconhece os elementos do processo de trabalho, quanto não se auto reconhece neste processo, em uma palavra: o trabalho no capitalismo é *estranhado*²³. Nas palavras de Marx:

[...] o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. (MARX, 2012. p.81)

Esse estranhamento se dá de forma ampliada nesta sociabilidade, pois trata-se de uma forma de organização social onde a troca é a forma predominantemente assumida pelas objetivações do trabalho, subsumindo as outras esferas das relações sociais. Marx desenvolve, sobre este aspecto, a ideia de *fetichismo da mercadoria*.

Nesse caso, têm-se dois elementos como resultados: o primeiro é que trabalhador não detém os elementos simples do processo de trabalho, incluindo sua força de trabalho (que mesmo pertencendo ao trabalhador, é o capitalista quem a compra); e o segundo é que o capitalista é quem controla o processo produtivo, ou seja, é este quem dita o ritmo da esteira.

22 György Lukács é o autor que explicará a partir do paradigma do trabalho (apoiado na teoria marxiana), uma série de esferas da vida social como a reprodução, a ideologia e a consciência, sem reduzir tais esferas da vida ao trabalho, contudo, concluirá que é o trabalho que permite a autonomização de tais esferas da vida social.

23 Esta categoria é analisada por Marx nos “Manuscritos de Paris” ou “Manuscritos econômico-filosóficos” capítulo [Trabalho estranhado e propriedade privada]

Dessa forma, atentando que todo processo de trabalho só se constitui como tal para atender necessidades humanas, poder-se-ia afirmar, à primeira vista, que existe uma dimensão humana nas relações de produção capitalista. Entretanto, mesmo com essa determinação, pode-se dizer que no modo de produção capitalista a subsunção do valor de uso ao valor é quem dá o tom, ou seja, o trabalho não interessa como fonte de valor de uso, porém, interessa “exclusivamente”²⁴ como fonte de valor. Nesse caso, o trabalhador ao mesmo passo que produz aquela parcela da riqueza que se apropria como forma de salário (trabalho necessário), reproduz o capital, ou seja, ao passo em que produz sua própria subsistência, produz a existência do capital com a produção do mais-valor (trabalho excedente).

Na sociedade capitalista, o trabalho assume também uma dimensão de trabalho abstrato (massa indiferenciada de trabalho), sem, contudo, perder sua concretude em outras palavras, do ponto de vista do capitalista, o importante é ampliação do capital ao final de cada processo produtivo. A concorrência desesperada por valorizar-se, faz com que o capital invista incessantemente na produção de tecnologias, i.e. partindo do princípio da concorrência entre os capitais, onde o capitalista precisa aumentar a produtividade, produzindo em maior quantidade e mais barato. Têm-se três proposições: Investir cada vez mais no capital constante, intensificar o processo de trabalho e diminuir ao máximo os salários, nesse sentido, a produtividade aumenta e o valor das mercadorias diminui. Portanto, se o capitalista investe cada vez mais em trabalho morto (aumento da composição orgânica do capital), trabalho passado, etc. a relação entre trabalho novo e trabalho passado, faz-se cada vez mais em função do trabalho passado, ou seja, a cada nova rodada do processo produtivo tem-se menos trabalho novo, neste caso, as mercadorias individualmente passam a ter menos valor, trata-se da queda tendencial da taxa de lucro. Isto posto, está dada as bases da própria crise do capital.

²⁴ Entendendo que no sistema do capital, o valor de uso e o valor são indissociáveis.

2 A CLASSE TRABALHADORA E SEUS COMPLEXOS CRÍTICOS

2.1. Visão clássica: sujeito revolucionário

Certo que as relações feudais não eram relações de trabalho, eram relações sociais da terra. A propriedade privada crava a incompatibilidade das classes. Dessa forma, a classe dominante europeia se lançou contra tal regime, para que, assim, se concretizasse a modificação mais profunda das formas de exploração, de reprodução, de acumulação de riquezas etc. Esse período inicial, chamado de acumulação primitiva²⁵, foi o momento de investimento dos capitalistas para com a introdução de novos mecanismos de desenvolvimento do capitalismo. Esse ficou marcado pela forma violenta (FEDERICI, 2017).

O capitalismo transforma o escravo em trabalhador “livre”. Com isso, há de se dizer que ocorreu, juntamente ao processo de destruição total do feudalismo e de dominância do capitalismo, o fim da servidão. Certo que as relações feudais não eram relações de trabalho, eram relações sociais da terra. A propriedade privada crava a incompatibilidade das classes. Nas formas pré-capitalistas, todos tinham acesso às terras comunais livremente. Na formação capitalista, se faz o cercamento dessas terras limitando o uso aos seus proprietários, através do suporte das leis e da violência da guarda estatal (MARX, 2017). O antes camponês, agora **trabalhador**, precisa vender sua força de trabalho por um preço que pague moradia, alimentação e sua subsistência (MARX, 1987, grifo nosso).

São dissolvidas as relações de produção em que existe predominância do valor de uso da terra e da produção, onde o valor de troca da produção predomina sobre essas relações, sob a forma de pagamento de salários (MARX, 2005). “A produção capitalista e trabalhadores assalariados é, portanto, um produto fundamental do processo pelo qual o capital se transforma em valores” (MARX, 2005, p.110). O capital transforma as mercadorias, anteriormente produzidas como valores de uso para consumo, em valores de troca.

A mercadoria, antes de qualquer coisa, é um objeto exterior feito para satisfazer as necessidades do estômago ou da fantasia, afirmou Marx (2005). O objeto produzido em uma sociedade capitalista possui valor de troca advinda de sua natureza social, ou seja, é preciso que haja uma organização de trabalho humano para que possa conceder valor à mercadoria. É

²⁵ a acumulação primitiva é a parte inicial do processo de instauração do sistema capitalista, onde a estrutura econômica da sociedade capitalista nasce da decomposição da sociedade feudal, das relações econômicas, do campesinato, das relações comunais entre os indivíduos e dos indivíduos com a terra.

característica das relações capitalistas a subordinação do caráter do valor qualitativo da mercadoria ao seu valor quantitativo, isto é, para o capital o que importa é o valor de troca que o objeto tem, não basta que tenha valor de uso. O que acresce ao processo de valorização do (valor) capital são os elementos que vão aditar o valor de troca de uma mercadoria, enquanto o valor de uso se mantém retilíneo.

O valor de troca é determinado pelo tempo socialmente necessário à produção de um valor de uso. O objetivo da mercadoria é a incorporação do trabalho humano concreto/útil, isto é, o quanto de trabalho humano individual se encontra materializado na mercadoria, mas principalmente da realização do trabalho humano abstrato, a saber, é o que presume o tempo socialmente necessário ao trabalho humano para a produção de um objeto, momento que acresce ao produto mais-valor. O trabalho abstrato é o que interessa para o capitalista.

Portanto, “o movimento proletário” – disseram Marx e Engels no *Manifesto Comunista* – “é o movimento independente da grande maioria pelo interesse da grande maioria”. Lênin escreveu em 1913 que “o principal fundamento na doutrina de Marx é ter esclarecido o papel histórico e universal do proletariado enquanto o criador da sociedade socialista”, a sua materialização como sujeito revolucionário, teve como a Inglaterra como berço privilegiado desse curso, sob o batismo de sangue das greves, das insurreições operárias e das revoluções de 1848 contando com a percepção sobre a objetividade e subjetividade do avanço de consciência e de organização da classe trabalhadora no período fundante do marxismo.

Marx e Engels em diversas obras - como por exemplo, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, *O Manifesto Comunista* - aponta o papel da classe trabalhadora em seu contexto histórico seu viés revolucionário, com a força social de destruição do capital e criação de um novo modelo societal.

O Manifesto do Partido Comunista apresenta, pela primeira vez de forma acessível e clara, uma análise crítica da sociedade burguesa e da história humana, propondo a ruptura e superação da sociedade industrial capitalista. Marx e Engels, ao realizarem essa formulação, fundamentam a consolidação do pensamento socialista e dialético como uma perspectiva única e independente, que se distingue das demais visões de mundo. Essa abordagem passa a se expressar nas esferas científica, filosófica e política, oferecendo uma nova leitura da história. A obra abre um novo horizonte para a compreensão do destino humano, onde o progresso social e histórico é indissociável da luta pela emancipação contra todas as formas de exploração e opressão. A filosofia da práxis, central para essa visão, permite o desenvolvimento de uma concepção de mundo voltada para a transformação do futuro. O *Manifesto Comunista*

estabelece, assim, as bases da política revolucionária moderna, fundamentando a luta por uma nova ordem social (SÁNCHEZ in *DOSSIÊ – 150 ANOS DO MANIFESTO COMUNISTA*, 2004, p. 55).

Quanto ao que foi posto, Marx e Engels, acreditavam em duas formas, a emancipação política e a emancipação humana, que **dialeticamente** fariam com que a verdadeira classe revolucionária superasse as suas amarras.

Na análise do processo histórico Marx considerou que a emancipação política foi um avanço na sociedade feudal no que tange a direitos civis e políticos²⁶ – em perspectiva burguesa -, porém clarificou que esta representava um projeto da classe burguesa, e que em hipótese alguma cessou a exploração do homem pelo homem, além de promover a concessão de liberdades, mas não a libertação. Marx diz: “O homem não foi, portanto, libertado da religião, ele recebeu a liberdade religiosa. Ele não foi libertado da propriedade. Ele recebeu a liberdade da propriedade. Ele não foi libertado do egoísmo da indústria, ele recebeu a liberdade de indústria.” (MARX, 2009, p. 161).

A emancipação humana contempla o projeto do proletariado, pois propõe o fim da exploração do homem pelo homem, de modo a propor que este deve ser conscientizado e defendido pelos trabalhadores. Nesse momento vale ressaltar que Marx propõe um projeto revolucionário, apresentando que sua visão já era de total rompimento com a sociedade burguesa, colocando inclusive a impossibilidade de realizar pesquisa científica na perspectiva do capital e na do trabalho, sem neutralidade, mesmo a pesquisa tem lado e tem classe a favorecer.

Mas isso não representa que Marx desconsiderava a política como um viés importante para a sociedade, onde “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, é o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio” (MARX; ENGELS, 2010, p. 32).

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática. (MARX, 2009, p. 41)

²⁶ Lembrando que Marx não descarta o processo político como parte do processo de avanços – ou retrocessos – como parte importante da luta pela emancipação humana. Onde “a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, é o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio” (MARX; ENGELS, 2010, p. 32).

Marx reconhece plenamente que, no momento do rompimento com o feudalismo, a burguesia desempenhou um papel revolucionário, sendo a classe responsável por conduzir as revoluções burguesas. Contudo, ele também aponta que, embora a burguesia tenha se fortalecido com o apoio das classes exploradas para realizar essas revoluções, isso não representou a libertação da humanidade como um todo, mas sim a libertação de uma classe específica: a burguesia. Dessa forma, a emancipação promovida por essas revoluções foi limitada, uma vez que não visava a liberdade universal, mas apenas a consolidação do poder de uma nova classe dominante.

Por fim, partindo das considerações apresentadas ao longo desse item, baseadas nas ideias marxistas, a classe explorada, ao tomar consciência política e de classe, precisa se unir para lutar pela verdadeira libertação de suas amarras. Pois, “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas” (MARX, 2012, p. 20). Não há trabalhador no mundo que tenha liberdade de viajar para qualquer lugar com sua família e amigos na hora em que desejar, pois por mais que não seja impedido de viajar, poderá não haver condições financeiras para que isso se concretize a qualquer momento da vida sem planejamento prévio. Marx fez uma pequena consideração importante sobre isso: “Os trabalhadores não têm nada a perder em uma revolução comunista, a não ser suas correntes.” (MARX; ENGELS, 2010, p.16).

2.2. Os críticos: o cadáver do trabalho

A intenção de integrar o Grupo Krisis à análise de Marx e Engels sobre o proletariado envolve o compartilhamento de suas releituras, apresentando uma nova perspectiva sobre o tema a partir dos clássicos. O Grupo Krisis, fundado na Alemanha em 1983, está prestes a completar quatro décadas de existência. Ele é composto por pensadores marxistas de esquerda, conhecidos como "críticos", como Anselm Jappe, Norbert Trenkle, Ernst Lohoff e Robert Kurz.

Em 1998, os críticos publicaram o *Manifesto contra o Trabalho*, no qual propõem reflexões sobre a "morte do trabalho". Eles defendem a ideia de que o trabalho, embora ainda domine a sociedade capitalista, está em processo de "cadaverização". Esse processo é impulsionado pela mecanização do trabalho e pelas próprias formas automatizadas da sociedade, resultando em consequências fatais para as relações do sujeito com o trabalho e, conseqüentemente, com a sociedade. Esse conceito ecoa as ideias de André Gorz, que, pouco antes do *Manifesto contra o Trabalho*, já apontava para o declínio das classes sociais e da

consciência pública, deslegitimando os processos de luta coletiva, especialmente os da classe trabalhadora. Para os críticos, caso exista uma luta, ela é sem classes, pois a "morte do trabalho" põe fim a todos os processos classistas.

Segundo Trenkle (2006), o ressurgimento do proletariado, conforme definido pelos clássicos, se torna impossível, uma vez que a análise do grupo Krisis sobre a morte do trabalho indica que essa transformação radical da sociedade elimina a base para a luta de classes.

Enquanto Riehel in Krisis (2020) fortalece a ideia de outros neoliberais de sua época quando em seu livro *O trabalho Alemão (1861)* propagava que o significativo do trabalho, da venda da força de trabalho, de que ser um trabalhador é ser integrante do mercado, seja qual mercado de trabalho for, ou se, fazendo parte desse mercado de trabalho haverá salário e/ou remuneração. O labor dava regras morais e divinas para o sujeito, e sobretudo, o tirava da posição de lixo da sociedade.

Em trecho de seu livro, Riehel aposta em uma explicação quase poética e romantizada do que é ser trabalhador não-pago.

O impostor tinha destruído o trabalho, e ainda levava consigo o salário de um trabalhador; agora há de trabalhar sem salário, mas, mesmo na masmorra, há-de pressentir a do sucesso e do ganho [...]. Pelo trabalho forçado, deverá ser educado para o trabalho moral, enquanto atividade pessoal e livre (KRISIS, 2020, p. 9).

O Grupo Krisis carrega o andar das ideias apresentadas por Riehel e convoca tal pensamento para o que eles chamam de “admirável mundo novo da economia de mercado totalitária”, sugerindo a área de prestação de serviços como o trabalho que mais dispõe cargos na atualidade, comportando uma grande massa de trabalhadores nessas funções, contudo, a lógica de venda de trabalho continua como Riehel descreve, o que pode ser chamado de “a lógica da masmorra”. Os críticos do Krisis fazem questão de lembrar que todo movimento coletivo é fortalecido por múltiplos atores dentre eles os próprios trabalhadores, a sociedade civil, e com isso aqueles que dispõem de qualquer cargo remunerado, ou migalha do capital, constroem fantasias. “Os que tiverem deixado o cérebro no vestiário podem ainda sonhar com a possibilidade de se tornarem milionários na prestação de serviços.”.

Badaró Mattos (2019) apresenta uma leitura sobre a ideologia do grupo krisis de significativo potencial para compreender os rumos desta mediante as formas de olhar à classe trabalhadora na contemporaneidade, que explicita a negação, pelo grupo Krisis, da classe trabalhadora como sujeito com potencial de papel transformador da ordem social. Apontando para um crescimento e fortalecimento dessa perspectiva a partir de 1990, com a reestruturação produtiva cumprindo o papel de substituir em grande escala trabalho vivo – trabalhadores –

pelo trabalho morto – máquinas, tecnologia. “Um cadáver domina a sociedade – cadáver do trabalho, [...] a produção de riqueza desligou-se cada vez mais da utilização da força de trabalho humano” (KRISIS, 1999)

A terminalidade do trabalho decorreria de uma “ditadura do trabalho morto”. As transformações tecnológicas em curso decretariam o fim da possibilidade de qualquer utopia baseada no trabalho (e, portanto, nos trabalhadores, também eles condenados a perecer) (MATTOS, 2019, p. 98).

A partir disso, Kurz vai enfatizar que o trabalhador deixa de ser uma peça importante no processo de produção capitalista, se tornando apenas peça “funcional” a esse processo. Ainda, sua condição “funcional”, segundo o grupo defensor da morte do trabalho é vista como classe não antagonista ao capitalismo, mas determinadamente, desde o início do capitalismo, como classe “comprometida com a reprodução do capitalismo” (MATTOS, p. 97).

2.3 Críticos dos críticos: a-classe-que-vive-do-trabalho

Antunes (2009) apresenta uma concepção, na contramão dos autores – já apresentados no capítulo anterior - que se colocam pelo fim da centralidade do trabalho, e de como o viés encerra a possibilidade de emancipação humana pela via do trabalho. Os trabalhadores estão longe de seu desaparecimento, ou seja, longe de terem se tornado cadáveres. Para o autor, a-classe-que-vive-do-trabalho é uma ampliação do proletário, são aqueles vivem da venda de seu trabalho. A primeira revisão que ele dispõe a fazer é que os proletários hoje não são aqueles que estritamente trabalham em indústria – como Marx e Engels definiam considerando o contexto do qual viviam. A realidade é que o processo histórico do mundo, inclui, sem dúvidas os processos de mudança das formas de trabalho.

[...] os proletários ou a classe trabalhadora hoje, ou o que denominei a classe-que-vive-do-trabalho compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são despossuídos dos meios de produção (ANTUNES, 2009, p.194).

Para reafirmar a existência da classe trabalhadora hoje, Antunes (2009) recorre aos seus estudos em Marx explorando os *trabalhadores produtivos* – aqueles que produzem diretamente mais-valia, e que participam também diretamente do processo de valorização do capital, mas também os trabalhadores improdutivos – aqueles que estão alocados nos setores de serviços a serviço do capital como núcleo central do proletariado moderno.

Antunes (2009) se debruça sob vigência da obra de Marx reforçando que é do estudo sobre o clássico que ainda se explica a existência da classe trabalhadora hoje.

Segundo Marx (2005) – a qual Antunes estrutura seu estudo - a lei geral da acumulação tem sua base no aumento da composição orgânica do capital. Para a sua ampliação, há a necessidade do aumento da força de trabalho no processo produtivo, ou seja, é imprescindível mais trabalhadores participando da produção de mercadorias. O trabalho exige deles dispêndio de força e conhecimento humano, que geram valor, do qual não é possível ser mensurado pelo seu caráter abstrato, fazendo do trabalhador parte obrigatória no processo de ampliação do capital. Embora isso não garanta melhores condições de vida para os trabalhadores, nem para a sociedade comum. Garante apenas que o capitalista terá mais capital acumulado.

O acréscimo do capital implica acréscimo de sua parte variável, isto é, transformada em força de trabalho. (...) A reprodução simples reproduz constantemente a mesma relação, capitalista de um lado e assalariado de outro; do mesmo modo, a reprodução ampliada ou a acumulação reproduz a mesma relação em escala ampliada: mais capitalistas ou capitalistas mais poderosos num polo, e mais assalariados no outro. A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado. (MARX, 2005, p. 714)

A produção de mais-valia pelos trabalhadores é o que favorece o capitalista, sendo essa variável de acordo com o cenário econômico. Em determinados momentos, o processo de acumulação vai demandar uma absorção maior de trabalhadores no processo produtivo para garantir a crescente proporção de mais-valia. Para isso, é necessário que haja um excedente de mão de obra, denominado por Marx como exército industrial de reserva ou superpopulação²⁷ relativa, isto é, desempregados ou semidesempregados. Portanto, segundo a lei geral da acumulação, esses têm sua participação como superpopulação para além de uma mera “fila de espera” para um emprego, eles participam da valorização e ampliação do capital mediante suas condições de desempregados, pauperizados.

A partir dos anos 70 a crise do capital se apresenta nas economias capitalistas como fruto das próprias contradições do capitalismo. Nas considerações de Marx a respeito do modo

²⁷ superpopulação relativa — “toda a forma do movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregado” (MARX, 2005, p. 735). São formas de Superpopulação, segundo Marx (2008): Flutuante (fluxo contínuo de atração e repulsão dos trabalhadores nos centros modernos), Latente (constante disponibilidade de trabalhadores do campo, em reserva, devido avanço da agricultura e o fluxo para a cidade se torna compulsório) e estagnada (setor ativo da classe trabalhadora que ocupa os vínculos mais irregulares). E há um tipo que habita o Pauperismo, o lumpemproletariado (os aptos ao trabalho, os órfãos e filhos de indigentes, candidatos ao exército de reserva, e os degradados, incapazes ao trabalho), que é parte constitutiva da sociedade.

de produção capitalista, é característica do próprio capital a necessidade de reinventa-se. Harvey (2007) aponta elementos que demonstram o esgotamento do modo de produção fordista que permite ao capital, a partir do neoliberalismo a consolidação de um novo regime de acumulação, sendo este o de acumulação flexível.

Harvey (2007) define acumulação flexível como um novo regime de acumulação que se apoia na “flexibilidade dos processos do trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”²⁸, confrontando o núcleo de rigidez do fordismo, caracterizando-se pelo surgimento de novos setores de produção, novos mercados e serviços.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”. (HARVEY, 2007, p. 140).

Ela permite a aceleração da acumulação e a exploração de novos nichos de mercado.

Segundo o Harvey, a tecnologia é elemento inovador ao processo de acumulação flexível, principalmente a eletromecânica e a microeletrônica que contribuem para criação de novos setores de serviços. Tem por caráter também, influenciar uma transformação do mercado financeiro.

A partir do uso da tecnologia, configuram-se novas formas de utilização do tempo e do espaço no que se refere à circulação do capital, por exemplo, cartões de crédito/débito que permitem a circulação do dinheiro com maior facilidade, em parte utilizando o crédito como forma equivalente de dinheiro.

Para além, o incremento das tecnologias no processo de acumulação flexível origina novas formas de gestão, principalmente no que se refere à relação capital/trabalho no escopo do processo de trabalho dos trabalhadores.

A acumulação flexível volta-se para redução dos custos da produção e isso está relacionado diretamente a redução do que Marx (2005), chama de capital variável, ou seja, da força de trabalho, que direciona agora a prestação de serviços e flexibilização dos contratos de trabalhos, a partir da desativação de postos de trabalho por conta da introdução tecnológica na esfera produtiva.

Como consequência desses processos, ocorre um crescimento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho enquanto fruto do processo de flexibilização a partir,

²⁸ Harvey, 2007, p. 135.

principalmente, do processo de terceirização da força de trabalho. Isso demonstra o que apontamos acima, quando Marx (2005) afirma que quanto maior a valorização do capital, maior a pauperização da classe trabalhadora. Percebemos que esta é uma condição inerente ao desenvolvimento capitalista, independente do curso histórico.

Tais práticas citadas acima cimentam e estimulam o processo de reestruturação produtiva das empresas capitalistas sobre a perspectiva de inovação do capital pela tecnologia. Novos métodos de gestão e administração da força de trabalho desenham novas práticas no processo de trabalho, como introdução de programas de qualidades, participação dos trabalhadores e adesão a sistemas de metas de produtividade, enxugamento dos postos de trabalho, demissão de trabalhadores, dentre outros (HARVEY, 2007).

No que se refere às estruturas de empregos no regime de acumulação flexível, estas se configuram como o próprio nome, de forma “flexível”, onde o emprego passa a ter caráter temporário. Estrutura-se um novo tipo de mercado de trabalho e com isso as exigências referentes ao perfil dos trabalhadores também são modificadas. O mercado exerce uma pressão sobre os trabalhadores quanto à adequação da população as novas formas de estruturação do trabalho.

O autor aponta que, o ponto em comum das diferentes formas de inserção de trabalhadores no mercado a partir do processo de acumulação flexível é a precariedade dos vínculos de trabalho e a tendência de que essa cresça cada vez mais, com uma redução ainda maior de trabalhadores e postos de trabalho.

Vale ressaltar que já apontado em Marx (2005), o objetivo do capital é buscar formas de romper sua dependência à necessidade de trabalho concreto, ou seja, de trabalho vivo como condição essencial para a produção e reprodução das relações capitalistas. E é objetivando esse rompimento, que a cada reinvenção, o capital busca formas de utilizar menos trabalho vivo, o que deixa boa parte da população em situação de pobreza devido à alta rotatividade no mercado de trabalho e falta de emprego, criando novas formas de exploração, fragmentando a classe trabalhadora e novos perfis de proletariado.

Como já apontado e visto nas análises a partir de Marx (2005), em “o capital”, a condição do trabalho assalariado se coloca como essencial a expansão do modo capitalista de produção, a partir da lógica da fetichização da mercadoria sobre a abstração do trabalho concreto do modo capitalista de produção. Esse processo se expande com o capitalismo na fase maquinica, parcelar, industrial, desde meados do século XVIII, e vai ter influências significativas no que diz respeito à construção da subjetividade do trabalho.

A exteriorização é um termo utilizado por Marx que tem por objetivo, evidenciar a dimensão negativa do trabalho assalariado no capitalismo. Ou seja, que busca evidenciar o trabalho a partir do processo de abstração e cristalização pela lógica da mercadoria, que geram ao trabalhador a alienação/estranhamento.

Antunes aponta que, a alienação/estranhamento, é fruto da transformação /condensação/generalização do trabalho em mercadoria, que não somente transforma a força de trabalho em mercadoria, como dá ao próprio trabalhador características de mercadoria, a partir de um processo de objetivação. O autor aponta quatro momentos que intrinsecamente articulados constituem o processo de estranhamento, apontados por Marx em seus manuscritos econômicos filosóficos, sendo esses:

1. O estranhamento do trabalhador a seus objetos produzidos, expressa segundo a economia política, que “quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem pra consumir; quanto mais valor ele produz, menos valor ele tem; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente”. Ou seja, este momento é caracterizado pelo estranhamento do trabalhador a sua própria natureza humana;
2. O segundo momento, está relacionado à relação do trabalhador com os produtos do seu trabalho e o não reconhecimento desses, enquanto fruto do seu próprio trabalho;
3. O terceiro se dá a partir do momento em que o trabalho perde sua função vital, na produção de valores de uso para subsistência, que leva ao quarto momento;
4. Que nada mais é que, a perda da função ontológica do trabalho.

Assim, externalização do trabalho é o processo do trabalhador que Marx aponta, como a “perda de si mesmo”, que sob regime do modo capitalista de produção, este, pertence a outro.

Isso reconfigura os sentidos do trabalho, onde este passa a não ser mais uma satisfação e sim uma obrigação, onde a abstração do trabalho causa ao trabalhador uma separação do homem ao seu trabalho e de si mesmo. Logo, esse trabalhador só é livre para realizar as funções humanas básicas, ou funções “animais”, como comer, dormir, beber, procriar. Como aponta Antunes (2018), o estranhamento é a realização de uma relação social fundada na abstração da natureza específica, pessoal, do ser social que atua como homem que se perdeu a si mesmo, desumanizado. (p.99)

A compreensão do conceito da alienação e do estranhamento sob a lógica do fetichismo da mercadoria se torna central para a análise da reconfiguração do mundo do trabalho, pois essas ao transformarem a esfera da produção, também atuam na reprodução, onde as relações sociais incorporam a lógica mercantil da relação entre coisas. A vigência da lei do valor de troca

transforma os vínculos sociais entre as pessoas e as coisas, tornando as relações reificadas e coisificadas.

Como apontado nas reflexões em Harvey (2007), Antunes aponta que, a partir dos séculos XIX e XX, o taylorismo-fordismo consagra a sociedade do trabalho abstrato fundamentadas pela condição de assalariamento. Com isso, novas formas de expropriação do trabalho se originam, a partir da ampliação e generalização das formas de estranhamento e reificação que marcam o exercício da subjetividade do trabalho na esfera produtiva, que se inicia nos espaços fabris, e que são generalizados nos demais espaços geradores de valor, contribuindo para um processo de desumanização do trabalho. A partir do século XX, a lógica maquinica se prolonga no conjunto da sociedade e a crise dos anos 70 torna o terreno possível para a reestruturação produtiva, originando mudanças no processo de produção e no processo de trabalho. Modificam-se as engrenagens e os mecanismos de acumulação.

Segundo Antunes, são incorporados novos elementos ao fenômeno social da alienação e do estranhamento, através de um processo de personificação do trabalho, que parte da lógica que os trabalhadores não são mais “operários”, “trabalhadores”, mas que estes se tornam “colaboradores” e “parceiros”. Esses aspectos fazem parte do que Antunes vai chamar de “flexibilidade liofilizada”.

A flexibilização liofilizada, articula um conjunto de elementos de continuidade e descontinuidade em relação ao modelo taylorismo-fordismo. Estrutura-se sobre a base de organização do trabalho a partir da introdução das novas tecnologias e das técnicas de gestão da força de trabalho; desenvolve uma estrutura de produção mais flexível que recorre a processos de deslocalização produtiva e terceirização. É uma nova fase de organização e controle do trabalho que tem por objetivo a intensificação do processo de trabalho, enfatizando o envolvimento qualitativo dos trabalhadores, visando à eliminação do trabalho improdutivo e do tempo livre, utilizando como instrumentos o incentivo ao envolvimento participativo, baseando-se em metas, competências, parcerias e colaboradores.

A flexibilização liofilizada tem como objetivo, a diminuição da necessidade do modo capitalista de produção a sua dependência ao trabalho vivo. Ela aglutina o menos contingente de trabalho vivo e concentra um volume maior de trabalho morto, através do uso de maquinário informacional digital, o que gera ao capital, altos índices de produtividade e principalmente lucratividade, fazendo com que as empresas sejam cada vez mais enxugadas e os postos de trabalho eliminados.

Como consequência desses processos aumenta-se a quantidade de trabalhadores em regime de terceirização e contratos temporários, onde só é preservado um número pequeno de

trabalhadores dentro das matrizes das empresas. Esses trabalhadores, subsumidos a lógica do mercado e suas exigências, criam um perfil de produtividade, onde são mantidos nesses espaços, apenas aqueles que têm características que contribuam para o processo produtivo, como multifuncionalidade, maior qualificação. Aqueles que o capital considera mais envolvidos aos ideários da lógica de colaboração e que tem capacidade de realizar atividades numa dimensão intelectual com mais intensidade.

Antunes (2018) aponta que o capital constrói novas formas de estranhamento também, a partir expansão do trabalho *part time*; as formas como o capital se utilizam da divisão sexual do trabalho com a condição inferioridade salarial dos postos de trabalhos ocupados por mulheres, onde ainda que estas desempenhem a mesma função que homens, ganham menos; a ampliação do trabalho de imigrantes em condições precárias e até mesmo escravização.

Como consequências desses processos, o autor aponta a desregulamentação dos direitos sociais; precarização e terceirização da força de trabalho humana que trabalha; aumento da fragmentação e heterogeneização no interior da classe trabalhadora; enfraquecimento do sindicalismo de classe e incentivo a sua conversão em um sindicalismo mais negocial e de parceria, mais de cúpula e menos de base, mais parceiro e colaborador e menos conflitante. Uma parcela da classe trabalhadora de precarizados, terceirizados flexibilizados, informalizados, fica cada vez mais próxima do desemprego estrutural; A desregulamentação das relações trabalhistas, onde o trabalho se torna cada vez mais informalizado e intensificado, proporcionando uma dissociabilidade destrutiva no espaço de trabalho, que dilapida todos os laços de solidariedade e ação coletiva, individualizando as relações de trabalho em todos os espaços onde essa pragmática for possível.

Segundo Antunes (2018), o modo toyotista de acumulação flexível e liofilizado tem como um de seus elementos fundantes a expropriação do intelecto do trabalho, diferentemente do taylorismo-fordismo que cultuava o desprezo ao saber operário.

A estratégia da expropriação toyotista tem por objetivo potencializar e agregar mais valor à produção. Nesse processo são utilizados diferentes mecanismos, como círculos de controle de qualidades ou incentivo por parte das empresas a ouvir sugestões dos trabalhadores. Porém o que Antunes aponta é que, esses mecanismos, nada mais são que fruto do processo de personificação do trabalho, já citado anteriormente, que tem como característica a inautenticidade do trabalhador, onde este é somente incentivado para o exercício de uma subjetividade que prevaleça o interesse das empresas, excluindo a real subjetividade que prevaleça os interesses dos trabalhadores, como a proposição de greves visando melhores condições de trabalho, por exemplo.

Como aponta Antunes (2018), incentiva-se subjetivismo antioletoivo, antissindical e totalmente empresarial, quando em alguns momentos, estes trabalhadores ainda são obrigados ‘a fazerem parte de atividades e práticas da empresa que visam melhor integração entre trabalhadores e empresa.

Esse processo liga-se de forma direta a questão da autonomia do trabalhador, que se manifesta apenas de forma regulada pelas relações de mercado, limitando o exercício da subjetividade humana contribuindo para as condições de alienação e estranhamento, cada vez mais latentes nos processos de trabalho e na vida dos trabalhadores.

A partir dessa lógica da contribuição e colaboração cria-se uma falsa ideia de que o mercado está cada vez mais integrado com os trabalhadores, quando na verdade o que acontece é justamente o oposto. Antunes (2018) aponta que esses processos integrados ainda que tenham novas morfologias, tem sua essência e base central a partir da expropriação da força de trabalho em sua forma bruta, como apontado acima em Marx (2005). Onde a subjetividade que surge decorrente das relações de produção e do mundo do trabalho, é na verdade, uma subjetividade estranhada e inautêntica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões realizadas acima podemos concluir que, o valor de troca é a expressão social histórica da riqueza sob as leis do mercado. Porém, Marx (2005), aponta que essa não é sua única forma existente na histórica. Sobrevivem formas não mercantis na sociedade capitalista, ainda que essas sejam poucas. É essencial a compreensão destas como uma forma de resistência, ainda que a lógica do capital as sufoque. Não podemos generalizar todas as formas de relações enquanto exclusivamente subordinadas a teoria do valor mercantil.

As contradições sociais se complexificam e complexificam as relações sociais. É o choque entre tais contradições que movimentam a história, sendo o choque principal da sociedade capitalista a relação capital – trabalho que origina numa sociedade de classe e coloca de um lado a burguesia e de outro os trabalhadores assalariados explorados e expropriados. É a contradição dessas classes em disputa que faz com que o processo de expansão do capital não avance sobre as relações sociais, ou seja, a luta de classes.

O mundo do trabalho modifica as relações de classe à medida que se estrutura e desestrutura na história das sociedades, e a cada nova reinvenção capitalista modifica-se a formação subjetiva das classes trabalhadoras.

A partir da discussão sobre a negação do trabalho Antunes (2018) coloca como desafio do nosso tempo, a construção de um novo sistema, um novo modo de produção e de reprodução da vida, a partir de uma atividade livre, autônoma e autodeterminada, que se baseie no tempo disponível para produzir valores de uso de acordo com nossas necessidades, diferentemente da produção capitalista que ele define como uma produção “heterodeterminada”, fundamentada pelo tempo de trabalho excedente para produção exclusiva de valores de troca que contribuam para a valorização do capital. Evidencia o exercício do trabalho autônomo como uma forma possível de sociabilidade que dá novo sentido ao trabalho, onde seja possível sua construção, a partir de uma relação que tenha como princípios a liberdade e necessidade caminhando mutuamente.

O objetivo não é acabar com o trabalho, mas sim conceber novos modos de vida que possam eliminar o trabalho abstrato e com isso as formas de alienação. Que permita à construção de uma sociedade que tenha por valor ético, o atendimento as necessidades humanas e sociais vitais, eliminando as relações mercantis de ordem capitalista, influenciando de forma direta na luta de classes através da eliminação das relações de poder entre aqueles que produzem e os que controlam.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão. **O Novo Proletariado de Serviços na Era Digital** – 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a formação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOTTOMORE, Tom. Divisão social do trabalho. In: **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MELLO, Vico Denis S. de; DONATO, Manuella Riane A. O Pensamento Iluminista e o Desencantamento do Mundo: modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático. **Revista Crítica Histórica**, Ano II, nº 4, dezembro/2011.

GIANNOTTI, Arthur. **Origens da Dialética do Trabalho**. São Paulo: DIFEL. 1966.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007;

HOBSBAWM, Eric. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2006;

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o trabalho**. Editora Krisis, 2020.

LÊNIN, Vladimir. Os Destinos Históricos da Doutrina de Karl Marx, **Obras Escolhidas**, Edições "Avante!", 1897.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

LOWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. **Estudos Avançados. Volume: 12, Número: 34, Publicado: 1998**.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto da madeira** – 1ª Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017;

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital**. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005;

MATTOS, Badaró Marcelo. A classe trabalhadora: **de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAZZEO, Antônio. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **A crise estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. Elementos fundantes de uma concepção materialista de história. **O leitor de Marx**. In: NETTO, José Paulo (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, pp. 133-160.

_____. (Org.). **Curso livre Marx-Engels**: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

OFFE, Claus. A democracia contra o Estado de Bem-Estar? In: OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo, Brasiliense, 1984.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e Dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

RICARDO, David. “Princípios de economia política e tributação” In: **Os Pensadores**, 1996.

SMITH, Adam. “Investigações sobre a natureza e as causas da riqueza das nações” In: **Os Pensadores**, 1996.